

## Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso.

**Guerra Farroupilha: consideraciones acerca de las tensiones internas, las reivindicaciones y ganancias reales del decenio revoltoso.**

Laura de Leão Dornelles<sup>1</sup>

**Resumo:** A temática da Guerra Farroupilha está longe de se tornar obsoleta no meio historiográfico. Um olhar aprofundado sobre documentos da época revela novos conhecimentos sobre acontecimentos da sedição rio-grandense. Para se compreender a complexidade dos quase dez anos de manutenção da revolta dos farrapos (setembro de 1835 a fevereiro de 1845) deve-se ter em mente o entendimento acerca das fases pelas quais passou o movimento sulista, das disparidades de pensamento entre suas lideranças e se comparar as reivindicações iniciais com os ganhos reais atingidos na Paz de Ponche Verde. Com vistas a colaborar para o estudo da chamada Revolução Farroupilha, no presente artigo visar-se-á realizar uma breve explanação destas importantes questões relativas à história do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Guerra Farroupilha, tensões entre os líderes, reivindicações e ganhos do movimento farroupilha.

**Resumen:** El tema de la *Guerra Farroupilha* está lejos de ser obsoleto en el medio historiográfico. Una mirada profunda en los documentos de la época revela nuevos conocimientos sobre los acontecimientos de la sedición *rio-grandense*. Para entender la complejidad de casi diez años de mantenimiento de la revuelta de los *farrapos* (septiembre de 1835 a febrero de 1845) se debe tener en cuenta la comprensión de las etapas por las cuales pasó el movimiento sureño, las disparidades de pensamiento entre sus dirigentes y comparar las reivindicaciones iniciales con las ganancias reales alcanzadas en la paz de *Ponche Verde*. Con miras a colaborar con el estudio de la llamada *Revolución Farroupilha*, se brindará en el presente artículo una

---

<sup>1</sup> Historiadora. Licenciada (2007) e Bacharel (2008) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em História (2010) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

breve explicación de estas importantes cuestiones relativas a la historia del Río Grande del Sur.

**Palabras-Clave:** *Guerra Farroupilha*, tensiones entre los dirigentes *farrapos*, reivindicaciones y ganancias del movimiento *farroupilha*.

### Conflitos no seio do movimento farroupilha

Da eclosão, em setembro de 1835, até o fim da Guerra Farroupilha, em fevereiro de 1845, o contexto político rio-grandense sofreu grandes transformações. Para se compreender os rumos tomados pelo movimento farrapo e as dissidências que ocorreram entre suas lideranças, é necessário analisar as modificações que se deram no transcorrer do decênio de 1835-45. Sendo assim, devem ser colocados três momentos cronologicamente demarcados:

*1º - setembro de 1835 a setembro de 1836, isto é, da deposição de Fernandes Braga à proclamação da República Rio-Grandense;*

*2º - setembro de 1836 a maio de 1840, isto é, da proclamação da República Rio-Grandense à campanha da maioria de Dom Pedro II;*

*3º - maio de 1840 a fevereiro de 1845, isto é, da maioria à pacificação do Rio Grande do Sul. (PICCOLO, 1986/1987: 43)*

O primeiro momento se caracteriza pela formação do conflito, encabeçado por homens de destaque no cenário rio-grandense, como grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes e representantes da cúpula militar. Primeiramente, buscou-se uma negociação com o governo brasileiro. Com a perpetuação da política centralista da regência imperial, a revolta culminou com a proclamação da República Rio-Grandense. De início, muitos dos líderes farroupilhas não eram nem republicanos nem separatistas, mas a impossibilidade de negociação com a governança regencial acabou por conduzir ao desfecho de uma República.

O mês de setembro de 1836 se tornaria um marco para o movimento sulista. No dia 9 de setembro, os homens do General farroupilha Antônio de Sousa Neto conseguiram uma importante vitória sobre as tropas do Coronel João da Silva Tavares, em uma localidade próxima a Bagé, o Arroio do Seival. Quase um ano transcorreu desde a tomada de Porto Alegre e, em 11 de setembro de 1836, após a empolgante vitória que ficou conhecida como o Combate do Seival, Neto proclamou a República Rio-Grandense. A partir desse momento, o movimento sulista passava a ter um caráter separatista e a situação política rio-grandense começava a mudar de uma província brasileira para um novo Estado. A discussão agora seria acerca de um presidente para a nova República, ao invés da substituição do governante provincial.

Passava-se de uma simples revolta para a Guerra Farroupilha propriamente dita. Às cores da bandeira brasileira seria colocada uma faixa vermelha em diagonal, compondo o novo símbolo, de um novo país.

Nos nove anos seguintes, esses tempos iniciais de empolgação sofreriam modificações. Até o ano de 1840, é perceptível um período de ascensão farroupilha, dadas as vitórias no campo militar. Nesta segunda fase da luta, da Proclamação da República até 1840, os insurgentes visaram a organização do novo Estado, bem como a manutenção e sua sedimentação. Conheceram muitas vitórias militares contra os imperiais, embora ocorressem momentos de fracasso como a derrota na Batalha da Ilha do Fanfa, em outubro de 1836, exatamente no momento em que Bento Gonçalves encontrava-se fazendo o cerco à Capital e recebera a notícia de que seu nome havia sido indicado como candidato único à presidência da nova República.

A partir de 1840, começou um período de claro declínio das forças revoltosas. A situação se agravou após as reuniões da Assembleia Constituinte, em 1842, em que ficaram mais nítidas as divergências entre os líderes farroupilhas. Sobre este tema, é importante o estudo de José Plínio Guimarães Fachel, que afirma:

*Durante o movimento dois projetos políticos diferenciados foram apresentados: 1) O da 'maioria' que, além de interesses pessoais de suas lideranças, discutia a abolição da escravatura, desejava a forma de governo republicana e uma interação latino-americana. [...] 2) O da 'minoría' que desejava melhorias pessoais dentro do próprio sistema, sem grandes preocupações com o modelo político e econômico. (FACHEL, 2002:124)*

Pode-se identificar o conjunto da “maioria” como progressista, formada por Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos, Antônio de Souza Neto, Ulhoa Cintra, José Gomes Portinho e outros. Por sua vez, a “minoría” teria um caráter mais conservador, estando a ela atrelados homens como Vicente da Fontoura, David Canabarro e Onofre Pires, dentre outros. De acordo com Maria Medianeira Padoin, o grupo “majoritário” defendia um federalismo enquanto confederação de viés republicano, ou seja, “[...] a relação que permitisse a manutenção da soberania e independência (interna e externa) do Rio Grande do Sul” (PADOIN, 2001: 131). Já a “[...] minoría pregava a Federação, mas que o Rio Grande do Sul continuasse na condição de Província (Estado-membro) do Império” (PADOIN, 2001: 132).

Deve-se levar em conta que, independentemente do “lado” ao qual se colocavam esses líderes, não houve uma forte radicalização na prática do movimento com o intuito de preocupar-se com a distribuição de renda ou inserção das massas

populares nas esferas governamentais. Isso se deveu à formação do movimento em si, composto por homens provenientes das camadas altas da sociedade rio-grandense, grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes e cúpula militar. Faz-se importante o entendimento de que mesmo que as divergências de pensamento entre os líderes farroupilhas tenham ficado mais nítidas após as reuniões da Assembleia Constituinte, elas existiam anteriormente em menor grau.

Nesse terceiro e último momento da Guerra Farroupilha, a polarização entre seus líderes delineou-se mais claramente e o grupo “minoritário” adquiriu grande poder no desenrolar do conflito contra o Império, haja vista o próprio afastamento de Bento Gonçalves do governo, em agosto de 1843. A partir de 1841-42, concomitante à instauração de Dom Pedro II como Imperador do Brasil, o poder de direção da Guerra foi para as mãos da “minoria”, o que acabou culminando com a pacificação do conflito, no Acordo de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845.

Colaborou para o desfecho razoavelmente favorável para os insurgentes a necessidade que o Imperador tinha acerca dos braços rio-grandenses para a manutenção das fronteiras sulistas do Brasil. A situação fronteiriça, em especial, deve ser levada em consideração, já que:

*A posição estratégica do Rio Grande do Sul faz com que ele seja visto como uma área limítrofe: estaria nas margens do Brasil e poderia tanto fazer parte dele como de outros países, dependendo do resultado das forças históricas em jogo. (OLIVEN, 1992: 48).*

Em 1845, as forças farroupilhas encontravam-se enfraquecidas, dificultando a manutenção da República. Apesar de ter o aval do Imperador para agir com violência, Luís Alves de Lima e Silva optou pela diplomacia, fazendo apelo ao patriotismo dos insurretos e desenhando Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, respectivamente presidentes do Uruguai e da Argentina, como reais inimigos dos sulistas (FAGUNDES, 1984: 324-326). Lima e Silva foi aclamado como “pacificador do Brasil”, agregando o título de conde de Caxias à presidência da Província Rio-Grandense.

### **Início e fim do decênio farroupilha: reivindicações iniciais x ganhos reais**

Para a compreensão da história do movimento farrapo, além de se levar em conta as mudanças e adaptações ocorridas no decênio de 1835-45, é importante analisar as reivindicações iniciais dos farroupilhas e o que ficou acordado na pacificação de Ponche Verde.

Em Manifesto de 25 de setembro de 1835, Bento Gonçalves salienta como raízes do levante:

*Conheça o Brasil que o dia vinte de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto, e não nos propusemos a outro fim que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso **sustentando o trono constitucional do nosso jovem monarca e a integridade do Império.*** (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL/COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA, 1985: 268)<sup>2</sup>

O Manifesto em questão se direciona a decepção acerca da governança da Província de São Pedro por Fernandes Braga, sendo a ela direcionadas críticas como a de retrógrada, perseguidora da oposição, antinacional e opressiva, dentre outras. Bento crê que fala em nome de todos os rio-grandenses e demonstra que, nesse momento inicial da revolta, os farroupilhas tomaram para si o papel de verdadeiros patriotas, de defensores da liberdade e dos princípios liberais. Neste sentido, discorre:

*Cumprimos, rio-grandenses, um dever sagrado repelindo as primeiras tentativas da arbitrariedade em nossa cara Pátria; ela vos agradecerá e o Brasil inteiro aplaudirá o vosso patriotismo e a justiça que armou vosso braço para depor uma autoridade inepta e facciosa e restabelecer o império da lei. [...] Com este triunfo dos princípios liberais minha ambição está satisfeita, e no descanso da vida privada a que tão somente aspiro gozarei o prazer de ver-vos desfrutar os benefícios de um governo ilustrado, liberal e conforme com os votos da maioria da Província.* (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL/COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA, 1985: 274)

E prossegue em Proclamação do dia 21 de outubro do mesmo ano:

*Oh! Quanto é doce ter concorrido a salvar a Pátria! Já livre a Província da facção inimiga de vosso sossego e liberdade, e desfrutando os bens que emanam de um governo patriótico, e liberal, podereis com orgulho dizer a vossos filhos: eu fui dos bravos que, combatendo a arbitrariedade, coadjuvei a restaurar o império da lei; segui o meu exemplo e vosso colo nunca se dobre ao pesado jugo do despotismo.* (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL/COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA, 1985: 275)

Apesar de escritas por um só homem, pode-se inferir que essas passagens possuem algumas considerações elucidativas sobre o pensamento dos líderes farrapos no início do movimento. É marcante o esforço de Bento para esclarecer que os revoltosos não estavam indo de encontro ao Império brasileiro, mas à governança regencial. Os sulistas que aderiram às armas, portanto, sentiam-se cumprindo seu papel de verdadeiros brasileiros, não aceitando as arbitrariedades que estariam sendo impostas pelo governo de Feijó – um homem que não seria o “herdeiro de direito” do

---

<sup>2</sup> Grifado no original.

trono – e refletidas na Província com a presidência de Fernandes Braga. A insurreição que se dera contra a administração do Império é tida como uma “consequência inevitável” dessas arbitrariedades. Os rio-grandenses estariam “salvando” a Pátria. Estariam lutando não só por sua Província, mas pelos demais brasileiros, o que, se pensava, lhes seria reconhecido pela posteridade.

É importante levar em consideração que Bento fala em nome de todos os rio-grandenses, mas o fato é que a Província estaria dividida entre os que eram a favor e aqueles que eram contra a governança imperial. Devido a essa situação, provavelmente, redige esses manifestos em tom épico e confere aos homens que pegaram em armas o papel de heróis. Eles estariam lutando para resgatar o “Império da lei”, que pode ser compreendido a partir de duas leituras. Primeiramente, de uma figura retórica veio a ideia de que o Rio Grande se encontraria em uma situação de “caos” e aos revoltosos caberia a instauração de uma situação em que a lei e a ordem voltassem a imperar na Província. Em segundo lugar, pode comprovar sobre a colocação na prática do que estava exposto na Constituição, como se o papel dos revoltosos fosse o de fazer com que se cumprisse o conteúdo da Carta Constitucional, o que não era o que ocorria no parecer de Bento. Isso demonstra uma preocupação com a “constitucionalidade” do Império, mais do que uma possível separação da Província de São Pedro do restante do Brasil. Porém, Bento destaca um “governo ilustrado, liberal e conforme com os votos da maioria da Província”, sendo que pôde apontar tanto para uma monarquia constitucional quanto para uma ideia de forma de governo republicana, o que só ficou realmente claro no ano de 1836, quando da Proclamação da República Rio-Grandense.

Nos escritos de Bento, o liberalismo é bastante ressaltado através de termos como “princípios liberais” e “governo liberal”. Acerca das adaptações que o liberalismo europeu suscitou no Novo Mundo, Sandra Pesavento fez uma análise bastante pertinente acerca do debate gerado pela afirmação de Roberto Schwarz de que no Brasil as ideias estariam “fora do lugar”, ou seja, desvirtuadas de seu espaço original; o europeu (SCHWARZ, 1973). Nesse debate, Pesavento se colocou a favor da teoria de Maria Sylvia Carvalho Franco de que as ideias “estariam no lugar” (FRANCO, 1976), pois “[...] é a classe dominante, lá e cá, que elabora ou adota ideias que servem a seus interesses, no caso, a afirmação da dominação sobre os demais grupos” (PESAVENTO, 1985: 21). Portanto, no Brasil o ideário liberal foi adaptado à situação local, já que:

*[...] nossos liberais recolheram da ideologia importada aqueles elementos condizentes com suas reivindicações mais imediatas, ou*

*seja, o liberalismo econômico tinha o significado básico de romper monopólios e estabelecer o livre comércio, enquanto que a sua contrapartida política se orientava para a entrega do poder de direito aos seus representantes de fato na sociedade brasileira: os proprietários de escravos e terras [...] Para a Europa o liberalismo tinha o significado de responder às exigências de realização hegemônica de uma nova classe [burguesia] e consolidação do modo capitalista de produção. [...] no Brasil, o processo de independência implicava a permanência do mesmo grupo e dos mesmos interesses como predominantes internamente na sociedade, o que implicava a impraticabilidade de uma 'mudança liberal' por completo da sociedade, tal como na Europa. (PESAVENTO, 1985: 20)*

No Rio Grande do Sul, o liberalismo esteve no foco dos problemas provinciais, negligenciados pela centralização governamental. Para parte das lideranças políticas rio-grandenses, o ideário liberal se constituiu como uma justificativa para sua rebelião contra a concentração de poder nas mãos do Império, que deixara de corresponder às expectativas de salvaguardar a propriedade e a soberania provinciais, abertas com o processo de independentização do país (PESAVENTO, 1985: 23). Dessa maneira, o papel que Bento Gonçalves atribui aos homens ligados à revolta é o de “salvadores da Pátria”, ou seja, do Brasil e do Rio Grande. Note-se que, neste primeiro momento do conflito, o conceito de Pátria parece ser dúbio, sugerindo referir-se ao território brasileiro, mas também podendo ser utilizado para designar o rio-grandense. De acordo com Maria Medianeira Padoin, no contexto farroupilha:

*Pátria refere-se ao local onde se nasce ou onde se vive; um espaço já delimitado econômica, social e culturalmente, no qual é construída e caracterizada uma identidade regional [...] a consciência de pertencimento a um espaço geográfico e político adquiriu o sentido de nação, que está vinculada à consciência de também pertencer a um determinado grupo (elite) localizado nesta região, identificado desta forma seus interesses com o da nação ou da Pátria. Assim, o significado de nação está relacionado à visão de Pátria que refere-se à região, ou seja, o local próximo de atuação, de relações e de domínio da elite. (PADOIN, 1999: 253-254)*

A ligação ao espaço regional de convivência toma uma grande proporção, apesar de, neste primeiro momento, não estar claro o objetivo de separação do Brasil, como demonstra a passagem a seguir:

*No Rio de Janeiro retumbam as mais atrozes calúnias; [...] Briosos Guardas Nacionais! Não escuteis suas vozes insidiosas, não acrediteis em tais boatos; eu posso assegurar-vos que não existe nenhum plano de república e separação do Brasil. Os rio-grandenses que empunharam as armas para resistir à opressão, amam e querem todos pertencer à união brasileira, mas ao mesmo tempo estão dispostos a sustentar com firmeza a heróica empresa de vinte de setembro e a dignidade da Província. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL/COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA, 1985: 276)*

Não se pode descartar a possibilidade de que este discurso seja uma tática de Bento para não criar mais animosidades ou atrair para seu lado esta parcela de homens das armas. No entanto, é bastante provável que, mesmo que a República fosse cogitada, neste momento o direcionamento da insurreição se dá no sentido de buscar maior atenção do governo imperial para os desgostos dos homens de poder político-econômico local, em relação às questões provinciais. Portanto, é perceptível que a intenção inicial do movimento não seria de uma separação imediata.

Ao chegar o ano de 1845, no final da Guerra Farrroupilha, as forças militares insurgentes estavam muito enfraquecidas e suas lideranças se encontravam em constante embate. A luta já aparecia como penosa aos olhos dos farrapos. Nessas circunstâncias, a manutenção da República Rio-Grandense tornou-se insustentável e o pensamento inicial, de busca pela constitucionalidade do Império, voltou a entrar em cena. No manifesto assinado por Manoel Lucas de Oliveira, em 28 de fevereiro de 1845, é exposto:

*[...] eu faltaria decerto ao mais sagrado dever, se vos não transmitisse hoje com efusão de coração os sinceros parabéns pela decisão final de tão importante assunto, onde salvais garantias que em vez de deslustrar vos glorificam. Sim compatriotas! Tendes feito em quase dois lustros tudo quanto homens poderiam fazer. Haveis mantido com uma constância heroica essa guerra de princípios da mais eterna justiça contra o poder colossal do Império Brasileiro, por infeliz estrela divididos de uma parte bem aproveitável de Irmãos rio-grandenses: e essa luta que assolou o país e o devastava de dia a dia, vós ainda a podéis sustentar com invencível valor, se não fosse mister retroceder com o tempo e com a honra ao terrível aspecto de um perigo maior [...] Dizei comigo: somos outra vez brasileiros! Seremos sempre idólatras da Liberdade Constitucional! (ANALIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2006: 98)*

Importante destacar, na análise deste Manifesto, a figura de seu emissor. Lucas de Oliveira era conhecido como um “republicano fervoroso” e, por esta razão, o impresso que emite aos seus conterrâneos causa certo estranhamento à primeira vista. No entanto, é exatamente pela forte postura republicana de Oliveira que se percebe a situação complicada em que os farrroupilhas se encontravam em 1845. Era tal a ponto de um homem como Oliveira saudar o retorno do Rio Grande como província brasileira. Tendo isso em vista, é compreensível que o discurso que apregoa o reatar de laços políticos com o Império viesse em um tom de satisfação e orgulho da “repatriação”, já que voltariam a se inserir no espaço do país como brasileiros novamente. Todavia, a necessidade de manutenção do “brio” dos farrroupilhas fica clara com a colocação de Oliveira de que a luta ainda poderia ser sustentada pelos rio-grandenses. A manutenção deste “brio” é buscada com uma paz honrosa e que



levasse em conta a colocação em prática de reivindicações antigas de suas lideranças.

Em fins de fevereiro de 1845, em Ponche Verde, foram lidas as 12 cláusulas da pacificação<sup>3</sup> por Antônio Vicente da Fontoura, sendo assinadas pelos farroupilhas, mas não pelos imperiais. Nessas cláusulas, estava expresso o seguinte: anistiados todos aqueles que lutaram pela causa farroupilha, pagas as dívidas dos revoltosos, livres os escravos que haviam servido nas fileiras republicanas, dispensados de recrutamento os soldados farrapos, mantidas as mesmas patentes dos revoltosos – exceto os generais –, dentre outros. Boa parte das cláusulas de Ponche Verde soou em benefício das lideranças farroupilhas, e não diretamente às massas que lutaram em suas trincheiras. As dívidas que foram pagas pelo governo imperial não seriam as dos soldados farrapos, mas a de seus superiores. O destino da grande parte dos escravos, que ainda estavam vivos após o massacre que houvera em Cerro dos Porongos, também não foi o da liberdade. Segundo Spencer Leitman:

*Caxias, apesar de confiar em Canabarro, suspeitava de Bento Gonçalves e alguns outros, o que o levou a tomar precauções. Foi necessário amarrar os negros e transportá-los para um lugar de onde, presos, pudessem ser despachados imediatamente a fim de evitar o pânico entre eles. A Corte ordenou que todos fossem levados para o Rio de Janeiro e formalmente aceitou a exigência de emancipação feita pelos Farrapos. Mas estes não tiveram condições de influir no destino futuro de seus antigos camaradas. (LEITMAN, 1985: 76-77)<sup>4</sup>*

Por fim, ao se comparar o Manifesto de Bento Gonçalves, do dia 25 de setembro de 1835, com o Acordo de Ponche Verde, compreende-se as discrepâncias e limitações que o movimento acabou por ter, já que, de acordo com Helga Piccolo, apenas foi atendida apenas uma das reivindicações iniciais, concernente ao imposto de 25% sobre o charque uruguaio (PICCOLO, 1986/1987: 51). Em verdade, essa taxa de imposto só viria a ser estipulada com o Tratado de Comércio e Navegação, de 1851, entre Brasil e Uruguai, contudo fora decorrente da peleia rio-grandense acerca dessa questão. Em 1857, um novo tratado com o Uruguai melhorou ainda mais a posição dos estancieiros sulistas, já que “o direito à passagem do gado na fronteira foi expressamente admitido” (FREITAS, 1985: 119).

<sup>3</sup> Constantes em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado\\_de\\_Poncho\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Poncho_Verde)

<sup>4</sup> Leitman indica como fontes de tais constatações os seguintes documentos: Caxias para Pedro de Abreu, Bagé, 15 de janeiro de 1845. In.: *Offícios do Barão de Caxias*, p. 165-6; Caxias para Coelho, Bagé, 4 de fevereiro de 1845. In.: *Offícios do Barão de Caxias*, p. 167-8; Coelho para Caxias, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1845 (confidencial), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Avisos da Guerra.

Como dito anteriormente, inicialmente o movimento não possuía caráter separatista. Seus líderes desejavam o poder de eleger o presidente provincial, de ter câmaras de vereadores, de legislar e de recolher os impostos que deveriam servir para o desenvolvimento local. Conseguiram um acordo de paz bastante razoável, mas não alcançaram a meta de maior autonomia da Província, sua principal bandeira inicial. Contudo, mesmo com o enfraquecimento militar e desentendimento entre os líderes, a pacificação da Província de São Pedro foi conseguida através de um ajuste com o Império e não por meio de aniquilação em campo de batalha. Consequentemente, a certeza de ter mantido a honra e não ter simplesmente capitulado foi um forte legado dos farrapos para a construção da atual imagem regionalista do 'gaúcho'.

### Bibliografia

ABREU, Florêncio de. **A Constituinte e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

ANAIAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: EST Edições, Vol. 15, 2006.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva.1835/1845**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2002.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. 3ª. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As ideias estão no lugar. In.: **Cadernos de Democracia como valor universal**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A paz de Ponche Verde na conjuntura dos conflitos platinos. In.: **Ágora**. Santa Cruz do Sul, Nº. 1/2, jan./dez., vol. 9, 2003.

LEITMAN, Spencer. Negros farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho**. Fronteira Platina, Direito e Revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**: a revolução farroupilha (1835-1845). Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Tese de Doutorado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: **Revista de História**. Porto Alegre, Vol. 01, 1986/1987. p. 43.

SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na Região Platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo comparativo de história comparada. In.: HEINZ, Flávio M. & HERRLEIN JR., Ronaldo (orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In.: **Estudos Cebrap**. São Paulo: Brasiliense, jan. 1973.

Recebido em *Agosto* de 2010

Aprovado em *Outubro* de 2010